

OCUPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, DA CAUSA À SOLUÇÃO

RICHER SOARES CAPERA

ADRIANA PORTELLA

Richer Soares Capera – Richersoarees@hotmail.com

Adriana Portella – adrianaportella@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A ocupação social, geralmente organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é a ocupação de terras ou imóveis os quais não cumprem sua função, ou seja, estão inutilizados ou abandonados. Sendo assim, o movimento por si próprio passa a usufruir destes locais tornando-os sua moradia. Afinal, só ocupa quem precisa. Entretanto, o termo “ocupação” é substituído erroneamente pelo termo “invasão”, tornando pejorativo a atitude do movimento dos “sem terras”.

Assim, invasão, de certo, possui um sentido construído em torno de alguma ilegalidade. Como afirmam os dicionaristas, denota algo contrário ao juízo de valor social, algo reprovável. Já, ocupação contraria essa ilegalidade e torna-se um sentido mais brando, sendo a posse legalizada de algo significaria ter a posse legal de uma coisa abandonada ou ainda não apropriada. Todavia, o jornalismo brasileiro ainda tenta impor o termo invasão em suas publicações, tendo como fundo político ao invés de social.

Com isso, é notório a desigualdade social no Brasil, se de um lado existem mais de 5 milhões de imóveis que não cumprem sua função, de outro lado existe um número bem maior de cidadãos são moradia e sem perspectiva futura de adquirir a mesma. Logo, não é necessário grande conhecimento para entender os motivos da ocupação nestes prédios.

2. METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para encontrar a problemática e as soluções viáveis é o qualitativo, apoiando-se em técnicas de coleta de dados. Ainda, a pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressam os sentidos dos fenômenos por meio de pesquisa bibliográfica, além da coleta de dados virtuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Site Valor Econômico, o Brasil tem um déficit habitacional de 7,757 milhões de moradias, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O dado é de 2015, o mais recente, e tem como base a Pesquisa Nacional Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Esse problema, histórico no país, volta a ganhar notoriedade após o desabamento do edifício Wilton Paes no centro da cidade de São Paulo. O prédio de 24 andares, ocupado por cerca de 400 pessoas, pegou fogo e desabou na madrugada de 1º de maio de 2018.

O relato do Site Valor Econômico é a exemplificação do ápice da extrapolação dos Direitos Humanos. Afinal, tratar com descaso ocupação social é o primeiro passo para o rompimento da barreira do respeito e apoio da causa.

Se hoje o Brasil possui um déficit habitacional de 7,757 milhões de moradias, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o dado é de 2015,

o mais recente, e tem como base a Pesquisa Nacional Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, é porque medidas preventivas não foram e nem estão sendo feitas para minimizar ou exterminar com tal problemática.

A maior parte do déficit habitacional brasileiro é provocada por famílias com um grande comprometimento da renda com o pagamento de aluguel (3,27 milhões) e pela coabitação - famílias dividindo o mesmo teto (3,22 milhões). As chamadas habitações precárias são 942,6 mil moradias e o restante (317,8 mil) pertence ao chamado adensamento excessivo, ou muita gente morando no mesmo lugar. Desde 2009, o déficit aumentou 5,9%, ou 430 mil moradias. Esse crescimento é puxado pelo ônus com o aluguel, que subiu 68%. Os demais componentes tiveram queda no período.

Como é de se esperar, o Estado de São Paulo tem o maior déficit absoluto, de 1,61 milhão de moradias. O Maranhão é aquele com o maior déficit relativo - falta moradia para 23,1% das famílias. No corte por regiões, o Sul lidera o aumento do déficit habitacional entre 2009 e 2015: 18%. Em seguida vem Sudeste, com 12%, e Centro-Oeste, com 8,1%. Norte.

"O déficit deve ter crescido no país em 2015 e 2016 por causa do ônus excessivo com aluguel, já que as famílias tiveram a renda afetada pela crise. Em 2017, a situação talvez tenha se estabilizado, mas não temos dados disponíveis", disse a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, Ana Maria Castelo.

Por outro lado, recentemente a vida de uma ocupação foi retratada nos cinemas. Em outubro de 2016 esteve em cartaz em algumas salas o filme Era O Hotel Cambridge. O drama, dirigido por Eliane Caffé, transmite ao público o cotidiano da ocupação Hotel Cambridge, localizada no centro de São Paulo, iniciada em 2012 e liderada pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). A ocupação Cambridge abriga, além de trabalhadores brasileiros sem teto, muitos refugiados. Não por acaso, a ideia inicial de Eliane Caffé era abordar justamente a situação dos refugiados que vivem no centro da cidade. "Todos nós somos refugiados, independente da nacionalidade. Somos refugiados de políticas públicas" afirma Carmen Silva, uma das líderes do MSTC e que também atuou no filme. O filme foi premiado na 63ª San Sebastián Festival e em diversos outros festivais internacionais. No Brasil também acumulou premiações, como o Melhor Filme eleito pelo voto popular na 40ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. A famosa ocupação está aberta para visitas e fica localizada na Rua Álvaro de Queiroz, número 35, centro de São Paulo.

Por fim, a cidade de Pelotas/RS tem exemplos de ocupação, sendo um deles na Universidade Federal de Pelotas, a qual abriga atualmente uma turma especial do curso de Medicina Veterinária no antigo prédio da AABB, que hoje faz parte de alguns prédios ociosos da Instituição de Ensino. Outrossim, é notório a precariedade a qual os alunos se encontram, compartilhando quartos improvisados com divisórias leves no antigo ginásio do clube esportivo, podendo ser considerado a baixo do nível mínimo de dignidade da residência, compartilhando de banheiros em péssimos estado de higiene, sem cozinha, sem espaço de lazer, sem um sala de estar, não podendo ser considerado um lar, mas sim apenas uma moradia provisória e improvisada cedida pela Universidade Pelotense. Entretanto, com esse novo uso, a construção passa a ter funcionalidade mesmo que em péssimas condições de habitação.

4. CONCLUSÕES

A solução para o problema não vem de maneira fácil e objetiva devido a sua alta complexidade. Tendo que observar diversos fatores como econômico, espacial, contexto social no Brasil, entre outros. Assim, o possível revolvimento do tema abordado será a consequência de vários passos dados pelo Governo e pela própria população, seja a qual habitará os novos e antigos conjuntos habitacionais, seja as famílias que ignoram tal problema por não fazer parte deste.

Sendo assim, primeiramente, o Governo como Estado e cumpridor das Leis deve garantir o Direito à moradia digna a todo cidadão brasileiro. Ou seja, deve fiscalizar se os municípios estão cumprindo as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade, o qual oferta instrumentos para o cumprimento deste Direito, e ter um controle efetivo da gestão de propriedades. Dessa forma, além de incentivar novas construções de habitação, o mesmo acaba dando novos usos a edifícios ociosos das cidades.

Visando dar uso a imóveis inutilizados, bem como diminuir o número de famílias sem residência, o Governo criou o IPTU progressivo, este o qual vai aumentando seu valor ao decorrer dos anos, visando que o proprietário dê utilização ao imóvel, caso isso não aconteça, o Governo pode ter posse do mesmo e distribuir para a população sem moradia. Outra medida, para minimizar esse número, segundo o MST seria por meio de um Projeto Popular para o Brasil, com a organização e mobilização dos trabalhadores e com a realização da Reforma Agrária, democratizando o acesso à terra.

Outra medida para a melhoria dos ocupantes é os programas de Ocupação Social como para mudar a realidade de jovens moradores de 25 comunidades mais vulneráveis do Espírito Santo, o programa Ocupação Social, do Governo do Estado, leva oportunidades até eles, chegando a moradores de 17 áreas da Grande Vitória e de oito bairros, no interior.

Outrossim, o tema abordado encontra-se em dois capítulos do livro *A Problemática na Habitação de Interesse Social no Brasil*, publicado em fevereiro do presente ano com a parceria da editora alemã Novas Edições Acadêmicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCO ANTÔNIO, Estudo comparativo em habitação de interesse social: O caso do Conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM) 2009.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz and LAY, Maria Cristina Dias. O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social. *Ambient. constr.* [online]. 2010

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.* 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

Planejamento, Desenvolvimento e gestão; <http://www.planejamento.gov.br>

Vitruvius: <http://www.vitruvius.com.br>

Déficit habitacional no Brasil, 2013: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>